

1
2 **Ata da 35ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades**
3 **realizada de 4 a 6 de dezembro de 2012.**
4 **Reunião Oscar Niemeyer.**

5
6 Às nove horas do dia 04 de dezembro de 2012, no auditório do Ministério das
7 Cidades, nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da 35ª Reunião do
8 ConCidades. Ocorreu a convocação de seus membros, conforme o Regimento
9 Interno deste Conselho. A secretária-executiva substituta do ConCidades, Sr^a.
10 Egláísa Cunha, abriu os trabalhos saudando a todos e todas e convidou o
11 Secretário-Executivo das Cidades, Carlos Vieira, para presidir a reunião e
12 tomar assento à mesa diretora, juntamente com os representantes dos
13 Segmentos. Após apreciação, discussão e deliberação, a pauta foi aprovada:
14 **1º dia:** abertura, Seminário Nacional “O papel dos Conselhos Estaduais na 5ª
15 Conferência Nacional das Cidades” e às 17h, o Lançamento da 5ª Conferência
16 Nacional das Cidades; **2º Dia:** às 8h30, aprovação das atas da 33ª e 34ª
17 Reuniões do ConCidades; às 9h30 o Tema de conjuntura: SNDU e Estatuto da
18 metrópole; às 14h, reunião dos Comitês Técnicos; às 17h30, a reunião dos
19 Segmentos e, depois, a sistematização das Resoluções. **3º Dia:** às 9h o relato
20 dos comitês, aprovação das resoluções e discussão sobre a 5ª CNC. **1. a) No**
21 **primeiro dia**, ocorreu a abertura da reunião com o Seminário Nacional
22 intitulado “O papel dos Conselhos Estaduais na 5ª Conferência Nacional das
23 Cidades”. No período da manhã, a conselheira Mércia Maria Alves Da Silva,
24 representando o CENDHEC-PE pelo segmento das ONGs, palestrou acerca do
25 papel dos Conselhos das Cidades para a 5ª Conferência Nacional das Cidades
26 (5ª CNC). Depois disso, os conselheiros foram direcionados ao Palácio do
27 Planalto para o evento alusivo à entrega de 1(um) milhão de casas do
28 Programa Minha Casa Minha Vida, contratação de 2 milhões de unidades. No
29 período da tarde, continuou o Seminário, com apresentações dos conselheiros
30 Alcir Ferreira de Matos, representando a UNMP pelo segmento do movimento
31 popular e Maria Inês Damasceno da Silva, representando a ABM, pelo
32 segmento do Poder Público Municipal (anexo 1). Ambos falaram sobre o papel
33 político dos conselhos estaduais na 5ª CNC, atuação e passo a passo para a
34 mobilização. Os representantes dos estados presentes no seminário foram:
35 Acre, Amapá, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito
36 Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,
37 Pará, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande
38 do Sul, Rondônia, Rorâima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Às 17h,
39 ocorreu o lançamento da 5ª Conferência Nacional das Cidades. O Ministro das
40 Cidades, Aguinaldo Ribeiro, falou acerca da importância da conferência. Muitos
41 conselheiros demonstraram insatisfação pela falta de público externo no evento
42 do lançamento da Conferência Nacional, motivo pelo qual o Ministro se
43 comprometeu a fazer o lançamento no Encontro com Novos Prefeitos e
44 Prefeitas, evento da Presidência da República, previsto para os dias 28, 29 e
45 30 de janeiro, em Brasília. **b) No segundo dia**, o Secretário-Executivo do
46 Conselho das Cidades, Carlos Vieira, abriu os trabalhos, com a apreciação das
47 atas da 33ª e 34ª reuniões do ConCidades. Foram sugeridas as seguintes
48 alterações: no sentido de não deixar a ata tão concisa nem tão extensa; conter
49 o debate político, mas de forma resumida; conter os relatos dos comitês. As
50 atas foram aprovadas com ressalvas. O encaminhamento ficou no sentido de

51enviar as modificações para liberação na próxima reunião da Coordenação-
52Executiva do ConCidades. Depois disso, iniciou discussão sobre a seleção ou
53recondução das entidades que integrarão o Conselho Gestor do FNHIS.
54Decidiu-se respeitar o regimento do FNHIS, que tem entidade representativa
55diferente. O embate político se baseia no fato de no Conselho Gestor do FNHIS
56não existir vaga para o Poder Público Municipal, nem para o Poder Público
57Estadual. Esses poderes constam apenas como convidados, com direito a
58voto. Encaminhou-se que haveria discussão do tema no Comitê de Habitação e
59a decisão seria levada ao Pleno. Após a reunião dos comitês, ficou resolvido
60que se manteria a mesma composição do Conselho Gestor do FNHIS e que a
61questão da representação do PPE e PPM será revista na próxima Reunião do
62Concidades. Iniciou-se o tema de conjuntura: SNDU e Estatuto da Metrôpole.
63Os palestrantes foram: Orlando Alves Dos Santos Junior, representando o
64segmento das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; um
65representante da Casa Civil, conselheiro Wellington Gomes Pimenta e o
66Deputado Federal Zezéu Ribeiro. Orlando Junior, o primeiro palestrante, tratou
67das cidades metropolitanas. Falou sobre o enquadramento dessas cidades no
68Estatuto da Metrôpole e comparou esse estatuto ao Sistema Nacional de
69Desenvolvimento Urbano (SNDU). Levantou os aspectos positivos, negativos,
70limitações, concluindo por enquadrar o Estatuto da Metrôpole como um sistema
71dentro do SNDU. Recomenda, dessa forma, a criação de uma rubrica do
72Estatuto da Metrôpole dentro do SNDU (como parte do SNDU) e com
73aprovação do Ministério das Cidades. O Deputado Zezéu esclareceu que o
74Estatuto da Metrôpole foi criado de forma muito tecnicista e apenas para a
75cidade de São Paulo. Informou que a iniciativa para a criação de regiões
76metropolitanas anteriormente era da União, mas agora passou poderes aos
77estados. Tratou de assuntos como locação social, acesso à terra, condomínios
78urbanísticos. Fez uma apresentação sobre o Projeto de Lei do qual é relator e
79falou do objetivo de entregar o projeto para votação em junho/2013. O
80deputado Zezéu se comprometeu a acompanhar as reuniões do ConCidades,
81requerendo apenas que lhe fosse enviado o cronograma previamente. A
82discussão deveria ser levada ao GT Sistema para que se estudasse uma forma
83de integrar o Estatuto da Metrôpole como subsistema ou parte do PL do SNDU.
84Foi encaminhado que a Proposta de Projeto de Lei do SNDU seria enviada ao
85Deputado, bem como para as comissões preparatórias estaduais, para
86conhecimento e debate nas conferências. Solicitou-se que fosse levado para a
87próxima reunião da Coordenação-Executiva do Conselho, o debate sobre a
88reativação do GT Sistema. No período da tarde, ocorreu a reunião dos
89Comitês Técnicos e, durante a noite, as reuniões dos segmentos. **c) No**
90**terceiro dia**, a reunião iniciou com informes. O conselho decidiu homenagear o
91arquiteto recém-falecido e nomear a reunião de Oscar Niemeyer. Passou-se ao
92relato dos comitês técnicos. Comitê de mobilidade: os membros do comitê
93reiteraram a necessidade do Secretário de Mobilidade, Sr. Julio Eduardo dos
94Santos, estar presente nas reuniões. Reiteraram, ainda, a presença da CBTU.
95Pediram ainda que a reunião dos comitês durasse um dia inteiro. (Anexo 2).
96Comitê de saneamento: o primeiro assunto foi o Plano Nacional de
97Saneamento Básico (PLANSAB), que recebeu várias contribuições e o próximo
98passo é que o projeto passe por quatro conselhos, quais sejam: Conselho
99Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Nacional de Meio Ambiente,
100Conselho Nacional de Saúde e Conselho das Cidades, esperando-se que a

101 agenda do PLANSAB leve mais um ano de trabalho. Depois disso, tratou do
102 Plano Municipal de Saneamento Básico, que é um tema proposto para um
103 seminário aos conselheiros. Ocorreu também o balanço sobre o PAC
104 Saneamento, em que foram apresentados dados e informações. É proposta
105 uma discussão sobre a Parceria Pública Privada. (Anexo 3). Comitê de
106 Planejamento: GT Moradia vai dar prosseguimento aos trabalhos. Foram
107 realizados seminários de mobilização fundiária e pediu-se a criação de políticas
108 de mobilização fundiária. A idéia é continuar com a prática de seminários para
109 2013. Como encaminhamento, ficou a criação de um projeto piloto para o tema
110 e para isso, criou-se um grupo de trabalho composto com alguns conselheiros
111 e, além disso, foi proposta uma reunião extraordinária um dia antes da próxima
112 reunião do Conselho, expondo orçamento e relatórios dos GTs. (Anexo 4).
113 Comitê de Habitação: os GTs de Moradia Social e de Assistência Técnica,
114 deveriam ter se reunido. Quanto à portaria de reassentamentos, foi discutido
115 com o setor jurídico algumas alterações necessárias, mas que ficará para o
116 segundo momento. Após contribuições, a resolução sobre o FNHIS foi
117 aprovada mantendo-se as mesmas entidades, que serão indicadas pelos
118 segmentos (Anexo 5). Um representante do estado da Bahia pediu que o
119 prazo de convocação das conferências municipais fosse ampliado até o fim de
120 fevereiro, porque os novos prefeitos estariam acabando de chegar ao governo.
121 A sugestão foi de se prorrogar a convocatória da conferência municipal pelo
122 poder executivo até o dia 22 de fevereiro de 2013. Com isso, as datas da
123 convocação excepcional da conferência municipal pelo executivo fora do prazo
124 (23 de fevereiro a 30 de março de 2013) e a convocação da conferência
125 municipal pela sociedade civil (23 de fevereiro a 30 de março de 2013), bem
126 como a realização da etapa municipal (1º de março a 1º de junho de 2013)
127 deveriam ser alteradas. Pré-Texto Base é uma pré-proposta, que aguarda
128 contribuições e consultas, desde que limitadas a três páginas. Quanto ao
129 encontro dos prefeitos, fica acordado que o grupo participante será a Comissão
130 Executiva da 5ª CNC. A reunião da Executiva da 5ª CNC ocorrerá um dia
131 antes do Encontro com novos prefeitos e prefeitas. o) Ficou a sugestão para
132 que a 36ª reunião do Conselho das Cidades ocorra nos dias 27 e 28 de
133 fevereiro e 1º de março. p) Pauta sugerida: Aprovação do Texto-Base da 5ª
134 Conferência; As prioridades setoriais do Ministério para 2013; Os PPP na
135 política de desenvolvimento urbano. Foram aprovadas as seguintes resoluções:
136 Resolução Recomendada nº 143, de 05/12/12, que delibera a organização de
137 seminários nacional e regionais, oficinas e materiais para divulgar, apresentar e
138 debater a Lei 12.587, de 03/01/12; Resolução Normativa que aprova a seleção
139 de entidades integrantes do Conselho das Cidades para fins de composição do
140 Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social –FNHIS.
141 **2. Encaminhamentos:** a) O Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, se
142 comprometeu a fazer contato com os governadores dos estados que ainda não
143 convocaram a conferência estadual. b) Encaminhou que o lançamento da 5ª
144 CNC se realizaria no evento chamado Encontro Com Novos Prefeitos e
145 Prefeitas, que acontecerá no Palácio do Planalto, dias 27, 28 e 29 de janeiro de
146 2013. c) Um dos conselheiros sugeriu que fossem feitos encontros com os
147 estados de 2 em 2, anos para se ter retorno do que está sendo implementado.
148 d) inserir as palestras realizada pelos conselheiros no Portal da 5ª Conferência.
149 e) Solicitaram a inclusão do nome do Conselho das Cidades no banner e em
150 todo o plano de comunicação da 5ª CNC. f) Enviar para os estados o Projeto de

151Lei do SNDU. **g)** Reativação do GT Sistema, com reunião em janeiro, para
152estudar como integrar o Estatuto da Metrólópe como subsistema ou parte do
153PL do SNDU. **h)** Sugeriu-se ao Deputado Zezéu de criar um substitutivo ao PL
154do Estatuto da Metrópole. **i)** O Deputado Zezéu pediu que lhe fosse enviada a
155agenda do Concidades. **j)** Divulgar a cartilha de orientação aos estados, com a
156ressalva de que ainda estão ocorrendo alterações. **l)** Foi solicitado o envio da
157Carta Síntese do Seminário de Ouro Preto para todas as Secretarias,
158principalmente para a SNH. **m)** Pediram ajuda aos conselheiros para divulgar o
159Seminário da Caixa sobre o Programa às entidades habilitadas e interessadas
160em operar o Minha Casa Minha Vida, incluindo participação dos conselheiros
161nacionais e estaduais. **m)** As reuniões dos comitês devem durar um dia inteiro.
162n) Após contribuições, ficou decidido que a resolução sobre o FNHIS foi
163aprovada, mas mantiveram-se as mesmas entidades, a serem indicadas pelos
164segmentos. **o)** Alguns conselheiros enviaram várias contribuições ao Pré-Texto
165Base. Solicitou-se que fossem enviados os textos aos Estados para consulta.
166**3. Informes:** **a)** A Secretaria-Geral da Presidência da República, promove a
167cada 90 dias, um encontro com todos os secretários-executivos dos ministérios
168para monitorar as demandas sociais. **b)** Estão ocorrendo ações de
169inconstitucionalidade com relação à titularidade do serviço de saneamento. A
170Assemæe tem se posicionado no sentido de defender a titularidade do serviço
171ao ente municipal. Assim, cabe ao município decidir sobre a concessão ou não
172do serviço. **c)** Estão sendo realizados seminários em todas as Gerências de
173Desenvolvimento Urbano – GIDUR- da Caixa pelo Brasil. Eles visam divulgar o
174Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Convidaram todas as entidades que
175tenham interesse de se habilitar, a participar e fazer contato com a GIDUR. **d)**
176Um dos conselheiros relatou um problema em Joinville, que possuía Conselho
177das Cidades atuante, entretanto, há 4 anos, deixou de funcionar. O primeiro
178mandato se esgotou e alguns conselheiros entenderam que a representação
179de proporção por segmento não era importante, não devendo ser seguida.
180Assim, passaram a pedir que cidadãos se inscrevessem para participar. Os
181cidadãos entraram em juízo e conseguiram ganho de causa, suspendendo,
182com isso, a conferência. Dessa forma, não se consegue eleger um segundo
183mandato. Apesar de existir, o Conselho está sem função. **e)** Foi feita uma
184denúncia contra o Estado do Amazonas, pois estão privatizando a água e, por
185não conseguir pagar a conta exorbitante, grande parte da população não tem
186água. O saneamento paga como tarifa de esgoto 100% sobre a tarifa da água.
187f) O segmento do movimento popular concorda com a questão da renúncia
188fiscal em cima do INSS. A idéia é: se há um incentivo e valorização fiscal aos
189empresários, também tem que ter o Programa Minha Casa Minha Vida
190Entidades. O Secretário-Executivo considerou cumprida a pauta, agradeceu a
191presença de todos e deu por encerrada a reunião.

192

193Brasília, 06 de dezembro de 2012.

194

195

196

197

198

Aguinaldo Ribeiro
Ministro de Estado das Cidades

199

ANEXO 2

200

201 ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO DE TRÂNSITO, 202 TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA DO CONCIDADES

203

DATA: 04/12/2012

204

2051. REPRESENTANTES:

206 Agnaldo Evangelista Sousa, Central de Movimentos Populares; Aldemar Matias da
207 Silva, Alex Barreto Santos, Organização das Cooperativas Brasileiras; Antonio Carlos
208 Damasceno, Daniel dos Santos, Confederação Nacional das Associações de
209 Moradores; Donizete Fernandes de Oliveira, União Nacional por Moradia Popular;
210 Eurico Divon Galhardi, Confederação Nacional de Transportes; Getúlio Vargas de
211 Moura Júnior, Confederação Nacional das Associações de Moradores; Irene Mergener
212 Cunha, Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República; José
213 Antonio Lanchoti, Associação Brasileira do Ensino de Arquitetura e Urbanismo; José
214 Eduardo Ribeiro Copello, Governo do Estado Bahia; José Geraldo Baião, Associação
215 de Engenheiros e Arquitetos de Metrô; José Ronald Boueres Damasceno,
216 Confederação Nacional de Municípios; Juarez Bispo Mateus, Confederação Nacional
217 dos Trabalhadores de Transport, Jurema da Silva Constâncio, União Nacional por
218 Moradia Popular; Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Federação Nacional dos
219 Engenheiros; Luciano Roberto Rosas Siqueira, União Nacional de Associações
220 Legislativas; Luiz Carlos Bertotto, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de
221 Transporte Urbano e Trânsito; Manuel Xavier Lemos Filho, Central de Trabalhadores e
222 Trabalhadoras do Brasil; Marcos Bicalho dos Santos, Associação Nacional de
223 Empresas de Transporte Urbano; Maria Arnete Borges, Associação de Pessoas
224 Deficientes de Limoeiro do Norte/CE; Maria Inês Damasceno da Silva, Associação
225 Brasileira de Municípios; Mario Wilson Pereira Reali, Frente Nacional de Prefeitos;
226 Miguel Lobato Silva, Movimento Nacional de Luta pela Moradia; Mirce da Cunha
227 Machado, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e
228 Trânsito; Nazareno Stanislau Afonso, Associação Nacional de Transporte Público;
229 Nelson Saule Júnior, Instituto Polis; Neusa Aparecida dos Santos, Frente Nacional de
230 Vereadores para a Reforma Urbana; Paulo Ruben Nascimento Cohen, Central de
231 Movimentos Populares; Ronaldo Dimas Nogueira Pereira, Governo do Estado de
232 Tocantins; Sandra Mara Clave, Confederação Nacional dos Trabalhadores em
233 Transporte; Silvío José Gonçalves, Movimento Nacional de luta pela Moradia; Valmir
234 de Lemos, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Transporte;
235 Wagner Fajardo Pereira, Federação Nacional dos Metroviários; Whelton Pimentel de
236 Freitas, União Nacional por Moradia Popular.

2372. CONVIDADOS: Denatran, CBTU e Trensurb:

3. Pauta

238 1. Avaliação dos GTs.

239 2. Avaliação e Planejamento sobre os seminários da Lei da Mobilidade.

240 3. Apresentação dos projetos e ações da CBTU.

241 4. Apresentação do sistema Bus Alert.

242 5. Balanço das Obras de Mobilidade.

243

244 Informes Gerais

245 1. Movimentação das ações para a década de redução de
246 acidentes;

247 2. contingenciamento de recursos do FUNCEF.

- 248
- 249
- 250
- 251
- 252
- 253
- Abertura- A reunião foi aberta pela Secretária Substituta Isabel Lins que informa a impossibilidade do Secretário, Sr. Júlio Eduardo dos Santos, em participar da reunião e que a CBTU não participará e que, portanto, não fará a apresentação conforme proposto na reunião anterior e procede à discussão da pauta, para redefinição da ordem dos itens.
- 254
- 255
- 256
- 257
- 258
- 259
- 260
- 261
- 262
- Proposição da pauta para o encontro. 1.retirar a apresentação do Denatran e a avaliação do Comitê, tendo em vista a exigüidade do tempo; 2.incluir a avaliação das ações da secretaria e do Seminário de divulgação da lei da mobilidade realizados em Porto Velho, São Paulo e Porto Alegre e a capacitação dos gestores; 3. apresentação do Bus Alert, pela Universidade de São Carlos/SP. 4. Aprovação da Ata da reunião anterior nº 34 ficará pendente até o próximo encontro, pois não foi enviada aos membros pela Secretaria Executiva do CONCIDADES.
- 263
- 264
- 265
- 266
- 267
- 268
- 269
- Getúlio Vargas Filho – inicia sua fala reclamando do tempo alocado para o Comitê, e que este tem sido reduzido cada vez menor e este fato não qualifica o debate, pois não tem como aprofundar as discussões sobre os temas propostos e conseqüentemente prejudica, sobremaneira, os trabalhos. Propõe que este questionamento seja levado à Secretaria Executiva do Concidades.

270Em seguida se inicia a avaliação dos seminários sobre a Lei de Mobilidade
271Urbana

- 272
- 273
- 274
- 275
- 276
- 277
- 278
- 279
- 280
- 281
- 282
- 283
- 284
- 285
- 286
- 287
- 288
- 289
- 290
- 291
- 292
- 293
- 294
- Mirce da Cunha Machado – Sobre o Seminário de Porto Velho acho que foi bom, mas teve problema com a data, que foi dois dias depois do segundo turno. Entretanto os resultados foram bons. Poderia ter sido melhor. Problemas como a não existência de materiais e cartilhas para distribuição. Depois dele o Ministério Público já fez um outro no Município de Cacoal. Outro problema foi a participação, pois as cidades/municípios estão distantes da capital, dificultando a presença de várias pessoas. O deslocamento da conselheira Inês foi outro problema pois foi feito em oito horas. A passagem dela foi marcada pelo Ministério das Cidades e marcada para o meio da tarde, isso a fez perder parte do evento e impossibilitando sua palestra. Ficou acordado que se iria realizar eventos similares nas demais cidades de Rondônia. Manaus esteve presente e quer um seminário igual no Estado. Cerca de 65 pessoas participaram. Minha opinião é que podem prosseguir que a experiência poderá dar certo corrigindo os erros.
 - Isabel Lins - diz que de fato a falta do material foi ruim, mas a participação dos presentes foi boa, bem como a presença do Ministério Público. A idéia era o Seminário ser regional, mas estiveram presentes poucos gestores de outros Estados e lamenta o fato de não terem podido divulgar por ser uma época eleitoral. Teve problemas com atraso no seu deslocamento, mas não foi um grande problema pois o João já estava na cidade. A

- 295 conversa com Secretários de Transporte foi boa. Quanto a
296 engenheira conselheira (Mirce) esta é respeitada por todos e
297 elogiada por seu compromisso com o tema. Finaliza dizendo “
298 para mim foi um sucesso, mesmo com os contratemplos”
- 299 • João Alencar – Fiquei até o final dos trabalhos. Além do que
300 Isabel já colocou ressaltou a credibilidade das pessoas que lá
301 estavam. Tinha o Ministério Público, os movimentos sociais, a
302 academia, empresários, representantes da construção civil, pois
303 são pessoas que também constroem a cidade. Fui cobrado em
304 função do documento/cartilha e já conversei com alguns
305 conselheiros sobre isso. Acho que isso devia ser internalizado
306 nesta Secretaria. É necessário fazer a apropriação da Lei na
307 secretaria para fazer a cartilha e não um documento da cabeça
308 do Alencar. Algumas questões devem ter discussões para sair um
309 documento com a cara desta Secretaria. A questão da
310 regionalização acho devia ter alguém do estado. Isso aconteceu
311 em Porto Alegre, de levar discussões regionalizadas. Como
312 vamos introduzir esse tema na Conferência das Cidades poderá
313 ficar estadualizada. Temos que colocar essa discussão no âmbito
314 das cidades.
 - 315 • Getúlio Vargas de Moura Júnior – O Seminário coincidiu com
316 outros eventos que estavam acontecendo na Cidade, como o
317 Fórum Palestina Livre e teve, portanto, um público reduzido, mas
318 todos os segmentos foram representados. Por ter sido realizado
319 na Assembléia Legislativa foi muito significativo. Acabou sendo
320 uma reunião de seguimento e já foi aprovado um planejamento
321 para o próximo ano, quando chamaremos todos os prefeitos e
322 Câmaras para tomarem conhecimento da lei. O tema da
323 mobilidade vai estar junto com o tema da habitação em evidência
324 e a pauta da mobilidade vai ser absorvida pelo estado, no
325 calendário do Comitê de Mobilidade do Estado, para deixar um
326 legado aos gestores. Uma publicação nossa como algo concreto
327 do prefeito é necessária, para que se possa fazer um bom plano
328 e não um plano de gaveta. Que sejam planos construídos e
329 dialogados com a sociedade. O debate foi de alto nível, agora é
330 transformar em mobilização popular juntamente com os gestores,
331 o movimento e os empresários. É necessário urgentemente a
332 confecção de uma cartilha.
 - 333 • João Alencar – eu colocaria a proposta da cartilha para o primeiro
334 semestre do ano que vem.
 - 335 • Isabel Lins – Também estive presente em Porto Alegre e como o
336 Getúlio já falou não teve o caráter de um seminário, mas um
337 discussão sobre o tema e ressaltou a importância de ter sido
338 realizado na Assembléia.
 - 339 • Laerte Conceição Mathias de Oliveira – em São Paulo estão de
340 parabéns os colegas. Consideramos como realizadores a Caixa,
341 o Ministério das Cidades e o Sindicato que doou as pastas. A
342 Mirce me mandou informações sobre a organização de Porto

343 Velho que foram muito importante. Tivemos o apoio o Fórum das
344 Cidades, o MDT, o IEMA e o Ministério Público de São Paulo que
345 também deu um peso importante. O Fórum supra partidário da
346 Câmara de São Paulo também participou e consideramos este
347 seminário como o primeiro dos seminário da revisão do PDOT. O
348 pessoal de minas também foi considerado como realizador. As
349 apresentações e os debates foram elogiados. Demos um caráter
350 regional ao evento e o Espírito Santo mandou representante da
351 secretaria de planejamento, Minas mandou o Marcelo Cintra da
352 BHtrans que esta sendo considerado como modelo. Sintetizamos
353 o seminário para poder acabar as 13h. O lanche foi servido às
354 11h, para não ter intervalo de almoço, mas atrasamos e acabou
355 as 15h. Tivemos como debatedores o Fórum Nossa São Paulo. O
356 tempo foi escasso. o João Alencar fez 1h de apresentação que foi
357 elucidativa e o debatedor, membro do Ministério Público, tinha
358 uma tese sobre esse assunto o que foi importante. Bicalho e
359 Boareto, conselheiros do Concidades, foram debatedores. Saiu
360 uma proposta de gestores e do Ministério Público de parceria
361 para que essa lei emplaque. A forma de montagem e o
362 envolvimento dos apoiadores foi o que assegurou o sucesso do
363 Seminário. A Federação Paulista de Municípios tentou levar os
364 prefeitos eleitos. Temos um relatório sendo concluído e uma
365 matéria no sitio do sindicato dos engenheiros.

366 • Daniel dos Santos – apesar de estarmos longe ficamos dois
367 meses na articulação em Minas, com o Crea, sindicatos, BHtrans,
368 assembléia de Minas e trouxemos a apresentação de um plano
369 de mobilidade.

370 • Neuza Aparecida dos Santos – Belo Horizonte fez intervenções
371 sem pensar na articulação viária e paralelamente ao problema de
372 ser uma Metrópole. Se o Sr. Marcelo, da BHtrans apresentou um
373 plano que é referencia de mobilidade está apenas na cabeça
374 dele. Pode ser que exista um plano, mas não dialogado com a
375 cidade.

376 • Daniel dos Santos – a ideia é juntar vários atores e discutir o
377 plano.

378 • Donizete Fernandes de Oliveira – muita gente que estava lá é do
379 movimento de moradia. Em São Paulo existe um plano do
380 Rodoanel que chega até a Via Anchieta, quem pensou aquilo é
381 gênio, pois não tem como entrar na via por certas áreas e agora é
382 o Rodotrilho, que não passa pela cidade e tem pedágio. Outra
383 experiência que é a Bandeirantes que não dá saída para a
384 cidade. Nossa região participou bastante porque agora vai ter o
385 Rodoanel ligando a cidades de Guarulhos. A região da
386 Brasilândia vai sofrer uma grande intervenção e já começa a tirar
387 as famílias da área. É importante o pessoal deste Comitê pra
388 discutir isso que está acontecendo.

389 • João Alencar - existe um aspecto a ser debatido, o plano de
390 mobilidade será decorrência de alguns fatores: um é como trago o

- 391 tema para a agenda do município. O tema entrou nas campanhas
392 e a esperança é que eu tenha trazido isso para a agenda do
393 município e ser transformada em uma política pública. O pacto
394 pela mobilidade urbana é um novo contrato social. Essa
395 discussão antecede ao plano de mobilidade urbana e se a
396 sociedade passar batido não necessariamente o plano vai refletir
397 o melhor para a sociedade.
- 398 • Edmundo – se despede dos presentes pois está Participando da
399 Conferencia Nacional da Pessoa Deficiente.
- 400 • Miguel Lobato Silva – O Seminário foi importante e quando
401 alguém do Ministério das Cidades diz que se a sociedade não se
402 envolver a Lei não vai pra frente é sério, mas quando pego as
403 obras da Copa que o Ministério não apresenta nem as planilhas e
404 aloca dinheiro para a remoção de pessoas é duvidoso. Essa
405 Secretaria e esse Ministério não tem compromisso com a gente,
406 não nos ouve e a vivência da ponta é a nossa. O papel tudo
407 aceita, acho que esse debate é importante. Não fica tudo bem
408 enquanto não tiver um debate profundo e tentarmos intervir e
409 ganharmos parte da mobilidade não teremos nem plano de
410 Mobilidade. Ficará como os Planos Diretores que uma entidade,
411 no meu Estado fazia, ela pegava uma cidade e em três dias
412 estava pronto. Acho que em um mês fizeram uns 90 planos. Se
413 tem dinheiro e não tem gente é obrigação do ministério. Na
414 próxima reunião isso tem que estar pronto. A Secretaria não
415 consegue e as outras conseguem.
- 416 • Mirce da Cunha Machado - Quero parabenizar vocês de São
417 Paulo e Porto Alegre e o Ricardo que foi o nosso apoio.
- 418 • Nelson Saule Júnior – agora temos que pensar as outras reuniões
419 que não tiveram, como as do nordeste. Primeiro como vamos
420 poder utilizar a Conferencia Nacional para essa jornada de
421 sensibilização, para termos um momento na Conferencia para
422 fazermos uma apresentação da Lei, isso seria estratégico e bem
423 eficaz. Segundo é que tem a questão da cartilha, mas pensar
424 num material mais simples, um folder com 10 pontos essenciais.
425 A cartilha é de leitura mais apurada. Temos que falar rapidamente
426 e dar algumas dicas, tem que ser algo simples para facilitar a
427 disseminação, para imprimir. Penso que o folder é mais fácil de
428 imprimir e divulgar.
- 429 • Getúlio Vargas de Moura Júnior – Como não poderíamos deixar
430 pra 2013 topamos fazer os primeiros seminários em situação
431 precária. Agora precisamos saber qual é o orçamento pra isso. A
432 cartilha pode ser com o Alencar, mas com supervisão nossa.
433 Tentaríamos fazer uma Campanha muito próxima do que foi o
434 plano diretor. Temos que sair daqui com algumas deliberações.
435 Penso que o documento base da Conferencia tem que ser
436 integrado com as demais temas. Me preocupo com a inclusão do
437 tema mobilidade pois só teremos moradia digna se a mobilidade
438 estiver inserida, o saneamento é a mesma coisa. Estamos

- 439 cobrando politicamente o Ministério das Cidades para fazermos
440 uma grande mobilização sobre a Lei da Mobilidade. No segundo
441 semestre, nas Conferências Estaduais, já estaríamos discutindo.
442 Se não conseguirmos andar essa lei não tem sentido.
- 443 • Nelson Saule Júnior – devemos aproveitar a discussão da
444 Conferência e discutir a Lei da Mobilidade, muita gente ainda não
445 sabe da sua existência.
 - 446 • Maria Inês Damasceno - o Getúlio roubou minha fala, falamos de
447 um ministério de 4 caixas. A primeira pergunta a fazer é se esta
448 Secretaria já está apta para isso, se não significa que não temos
449 saída. O convite para os Seminários feito somente aos
450 conselheiros da mobilidade representa isso. Fico orgulhosa da
451 Mirce ser a representante do tema no seu Estado. Quero também
452 parabenizar São Paulo e o Rio Grande do Sul pelo sucesso do
453 evento, coisa que infelizmente não conseguimos. Presentes,
454 como conselheiros só tínhamos nos duas, quando todos os
455 conselheiros da região deveriam estar presentes. Esta Secretaria
456 deve ter domínio do tema, é dever de casa. Parabenizo o João e
457 o Walter Cruz de Manaus que foram duas pessoas importantes.
 - 458 • Juarez Bispo Mateus - primeiro quero parabenizar a todos nós
459 pela realização dos Seminários. Isso mostrou que estávamos
460 certos, a importância disso foi grande, pois a lei foi aprovada este
461 ano e este Comitê Técnico tem papel importante na sua
462 divulgação. Devemos focalizar o debate. Já temos uma
463 experiência diferente dos planos diretores e devemos envolver
464 todos os segmentos. A Presidenta vai convidar todos os prefeitos
465 dia 29 e 30 para discutir isso, como vai ser a mobilidade em sua
466 cidade. A outra coisa que devemos fazer é trabalhar com metas e
467 no orçamento tem que estar incluído o que queremos. Se não
468 focalizarmos na conferência com força não conseguiremos
469 avançar
 - 470 • Maria Inês Damasceno da Silva – na última reunião do Conselho
471 Executivo foi apresentado o orçamento para capacitação do
472 Ministério e tem recurso folgado. Podemos nos juntar a isso e
473 explorar esse contexto. Terão, ainda, mais dois milhões.
 - 474 • Neuza Aparecida dos Santos – quero comentar a fala do Laerte
475 que disse que o seminário de Sampa bombou. Reconheço que o
476 esforço do Daniel foi fantástico. Temos problemas em Belo
477 Horizonte onde o trabalhador leva duas, três horas no ônibus.
478 Sugiro que quando formos fazer o diálogo, para que os
479 municípios possam fazer seus planos de mobilidade e
480 acessibilidade. Temos que ter o zelo com o que está acontecendo
481 na sociedade e que não é o que o poder público está propondo.
482 100% dos funcionários da BHtrans vão de carro ao trabalho. Fiz
483 um desafio para que eles andem de ônibus. O plano deve ser
484 construído de forma participativa e com diversos atores para ter
485 menos erros.

- 486
487
488
- Ricardo Caiado – Quero avisar que faltam 5min para as 17h e ainda temos muito o que discutir. Proponho uma Resolução pois o tema é importante. devemos dar encaminhamentos.
- 489
490
491
492
- Laerte Conceição Mathias de Oliveira - temos dois encaminhamentos já construídos até aqui: 1. a confecção da cartilha ou folder e 2. o planejamento da nossa ação e oficinas de capacitação dos gestores.
- 493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
- Jurema - se pegarmos a fala do Miguel vejo que falamos da mobilidade e não estamos preocupados em ouvir a sociedade, no Rio temos um prefeito que dita a regra e quando eles fazem o traçado novo da via temos que ir lá. Temos tido também muita desapropriação e as pessoas são colocadas no interior do Estado do Rio e daqui há pouco vai acontecer o mesmo. Acho que as Conferências são sim os lugares para discussão. O Rio é o Estado que mais sofre. Avaliarmos até que ponto a população está sendo atingida pois ela não está encontrando espaço para se manifestar.
- 503
504
- Isabel Lins – a discussão está segmentada, precisamos trabalhar isso.
- 505
506
507
508
- João Alencar - é que a mobilidade está sendo vista como obra e o que acontece é que cada um financia a sua própria mobilidade. O problema é resolvido individualmente, financiar o acesso a essa estrutura é o problema.
- 509
510
511
512
513
- Daniel dos Santos – o Estado de Minas tem muitas pessoas e organizações discutindo mobilidade e a gente não fica sabendo. Eles vêm aqui para conseguir dinheiro e conseguem e é triste que obras de mobilidade sejam financiadas assim. Os políticos tem que valorizar as pessoas que estão aqui.
- 514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
- João Alencar – quero dar os informes 1. que aprovamos um projeto em cooperação com dois Ministérios, o IEMA e o Banco Mundial de U\$ 6 milhões de dólares e temos que planejar as ações 2. No plano setorial, qual a transferência que o BRT oferece, a pesquisa será feita em algumas cidades, ao mesmo tempo uma capacitação aos gerentes e de técnicos da Secretaria. Nos próximos meses estaremos pensando nisso. Na próxima reunião podemos fazer uma apresentação a este Comitê. 2. Estamos dando resposta específica a uma demanda da presidência no seminário que se realizará aqui, nos próximos dias, de 10 a 12/11 para discutirmos temáticas da mobilidade: como a Europa introduz o tema mobilidade. Vi que a mobilidade tem que ter um processo de assimilação enquanto uma política pública., tem que ser discutida com os segmentos sociais.
- 528
529
530
531
- Neuza Aparecida dos Santos – estamos aqui também em processo de formação e quando tiver esse tipo de evento queremos participar, portanto devemos ser avisados com antecedência. Isso nunca acontece.

- 532 • Donizete Fernandes de Oliveira - temos que ter planejamento
533 para participarmos dos eventos. O que falta é uma agenda de
534 atividades e organização senão não conseguiremos executar as
535 propostas que a sociedade civil nos incumbiu.
- 536 • Xavier - é importante que os conselheiros recebam as
537 informações com antecedência, nas atividades relativas a
538 mobilidade nem todos os conselheiros poderão participar, mas,
539 de qualquer forma deveríamos ter sido informados para nos
540 organizarmos e decidirmos quem participaria. A Secretaria
541 Executiva do Concidades tem que nos manter informados e não
542 tem feito.
- 543 • Neuza Aparecida dos Santos - temos um pacto com o Secretario
544 de que participaríamos da agenda da Secretaria e isso não está
545 acontecendo.
- 546 • Wagner Fajardo – O secretario assumiu um compromisso
547 conosco e não esta cumprindo. Teríamos que ter os dois
548 representantes da Secretaria Executiva do Conselho na
549 construção das agendas e isso não acontece. O João disse que
550 entregou a informação ao Concidades e pronto. A gente está
551 assistindo o governo dar dinheiro pra carro e nada pra mobilidade
552 e ficamos calados.
- 553 • Getúlio Vargas de Moura Junior - o Fajardo foi mais profundo,
554 mesmo estando a Isabel aqui na reunião não significa a mesma
555 coisa politicamente. O Secretário estava aqui quando iniciamos a
556 reunião e não veio aqui nem abrir. Este é um conselho técnico,
557 mas político também e precisamos deliberar. O Alencar fez um
558 bom trabalho, mas precisamos da aprovação do Secretário, pois
559 acreditamos no Conselho e no Ministério, mas o interlocutor tem
560 que fazer valer a sua parte.
- 561 • Whelton Pimentel de Freitas - o Secretario não está dando
562 atenção para este Comitê. Fizemos os seminários e ele? Não
563 vamos nos calar.
- 564 • João Alencar – viajei sexta-feira para atender a uma demanda da
565 Secretaria e pedi para divulgarem o seminário. O Ministério não
566 propõe a vetar a participação de ninguém, principalmente deste
567 conselho. Os conselheiros com quem tenho relação, eu mesmo
568 mandei informação. A agenda depende também dos palestrantes
569 estrangeiros. Não estou imbuído deste objetivo. Muitos sabem
570 que tenho compromisso com o tema mesmo antes de vir para o
571 ministério, estou usando meu limite de atuação.
- 572 • Valmir de Lemos – João você não tem que se desculpar, nossa
573 questão é a ausência do Secretario nesta reunião. Até a CBTU e
574 o Denatram pegaram essa mania de não poder vir. Não dão a
575 mínima para o Comitê, não tem respeito e quando vem fogem.
576 Vai a Resolução para o Comitê Executivo e lá engavetam. O
577 patrimônio público esta sendo sucateado. Quando volto para a
578 base eles agora me perguntam se foi bom o passeio, pois sempre

579 é a mesma resposta, nada. Eu tenho que dar satisfação ao
580 sindicato e nada. Acho que piorou, está pior que antes, tenho a
581 impressão que nada muda.

582 • Ricardo Caiado – quanto à CBTU, eu pessoalmente já entrei em
583 contato com eles e recebi a resposta de que viriam. Pedi também
584 a resolução à Secretaria Executiva do Conselho e ela não foi
585 encontrada. Também não sei como um Conselho não tem essas
586 empresas no seu corpo. Teria que ser uma cadeira permanente
587 do Comitê. Estamos tratando de mobilidade e se tem uma
588 empresa vinculada que trabalha com isto então tem que ter
589 assento. Sou funcionário da casa, concursado, e acho uma
590 injustiça dizer que a Secretaria piorou. Se o Secretário não está
591 aqui foi porque o Ministro solicitou a presença dele pra resolver
592 alguma questão urgente e acabou coincidindo com a reunião do
593 Comitê. Não será destruindo tudo que vamos resolver as coisas.
594 Cabe ao Conselho discutir sua importância, pois temos que
595 trabalhar de uma forma construtiva. O caminho de construir um
596 Conselho atuante não é este. Vocês ajudam a conseguirmos
597 enxergar os sucessos e fracassos da nossa política, pois cada um
598 aqui representa um setor da sociedade. Agora gostaria que vocês
599 me explicassem, para eu entender, porque a presença do
600 Secretário é tão importante para vocês se a Isabel, que é a
601 substituta, está presente.

602 • Mirce da Cunha Machado – Acho que se não encontraram a
603 Resolução devemos fazer outra resolução.

604 • Wagner Fajardo explicou ao Ricardo porque a participação do
605 Secretário é imprescindível.

606 Foi feita a apresentação do Bus Alert. Estavam presente apenas dez membros
607 do Conselho.

608

609 *PAUTA PRELIMINAR DA PRÓXIMA REUNIÃO:*

- 610 1. Balanço de 2012 e perspectivas de 2013 (SEMOB, CBTU,
611 TRENURB, DENATRAN).
- 612 2. Década da redução de acidentes / Contribuição do FUNSET/DPVAT -
613 DENATRAN
- 614 3. Lei da Mobilidade – Capacitação e Cartilha
- 615 4. Balanço das Resoluções de Mobilidade Urbana.

616 Previsão orçamentária 2013.

617

618

619

620 **34ª REUNIÃO COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO** 621 **CONCIDADES**

622

623 **DATA:** 05/12/2012 - **HORÁRIO:** das 14hs às 17hs

624 **LOCAL:** Ministério das Cidades – SNSA - sala 904

625 **Participantes:** lista de presença anexa, parte integrante desta.

626

627Tendo em vista a necessidade de quórum mínimo de 10 (dez) conselheiros
628presentes (art. 33A do Regimento Interno do ConCidades), só foi dado início à
629reunião às 14h40min, com a abertura proferida pelo Secretário Nacional de
630Saneamento Ambiental, Sr. Osvaldo Garcia, que cumprimentou e deu boas
631Vindas a todos. Em seguida, solicitou que todos se apresentassem. A reunião
632contou com a participação dos Diretores da SNSA: Ernani Ciriaco (DARIN),
633Johnny dos Santos (DAGES) e Manoel Renato (DDCOT), bem como da
634senhora Adriana Cabral (Ministério da Saúde). Após apresentação dos
635Conselheiros o Sr. Marcos Landa questionou a presença dos conselheiros
636representantes do Poder Público Federal nas reuniões do Comitê Técnico de
637Saneamento Ambiental (CTSA). O Sr. Alexandre Godeiro explicou que nas
638reuniões do Comitê, de acordo com a lista de presença, só existem dois
639conselheiros representantes do Poder Federal: o Ministério das Cidades cujo
640conselheiro é Secretário Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), Sr.
641Osvaldo Garcia, e seu Suplente, o Diretor do Departamento de Articulação
642Institucional - DARIN, Sr. Ernani Ciriaco, e o Ministério da Saúde, que não
643indicou conselheiro para participar da reunião do Comitê. Informou, ainda que,
644anteriormente, foi informada a secretaria executiva a ausência de indicação ora
645discutida. O Secretário solicitou que fosse encaminhado expediente a
646secretaria executiva do ConCidades solicitando indicação do representante do
647Ministério da Saúde. A Sra. Adriana Cabral se responsabilizou em fazer gestão
648da necessidade de indicação de representante do Ministério da Saúde para
649participar de futuras reuniões. O Sr. Alexandre Godeiro disse também que,
650além dos conselheiros do CTSA, são convidados representantes da: ANA,
651AESBE, ABAR, FNSA e SINDICOM. Após, o Secretário apresentou a pauta da
652reunião. O Sr. Alcir Matos solicitou que fosse incluído na pauta o seguinte item:
653Exposição sobre a regulação e a prestação dos serviços de Manaus. O Sr.
654Marcos Landa também solicitou a inclusão dos seguintes itens: Atualização dos
655programas e ações do Ministério das Cidades e Planejamento e estrutura do
656Comitê Técnico de Saneamento. Os conselheiros presentes aprovaram a pauta
657com as alterações propostas.

658

659**Pauta: 34ª Reunião do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental**

6601. Balanço dos Grupos de Trabalho (GTs)

6612. Informes:

662 a) PLANSAB: Consulta Pública

663 b) Participação da SNSA no 6º Fórum Urbano Mundial

664 c) Planos Municipais de Saneamento Básico

6653. Apresentação do Plano de Segurança da Água – (Ministério da Saúde)

6664. Balanço do PAC/Saneamento

6675. Exposição sobre a regulação e a prestação dos serviços de Manaus

6686. Atualização dos programas e ações do Ministério das Cidades

6697. Planejamento e estrutura do Comitê Técnico de Saneamento.

670

671Em seguida ocorreu a execução da Pauta. O **item nº 1** não se aplica ao
672Comitê, pois 51 este não possui nenhum GT em funcionamento. **Item nº 02 –**
673**Informes: a)** PLANSAB, O Diretor do DARIN - Ernani Ciriaco fez apresentação
674sobre a situação atual da consulta pública da proposta do PLANSAB, onde
675expôs os quantitativos das contribuições e encaminhamentos, e a proposta de

676 cronograma dos próximos passos de discussão e aprovação da proposta do
677 PLANSAB. O cronograma foi discutido e aprovado com a recomendação para
678 encurtar os períodos de cada etapa para que se ganhe mais tempo para as
679 discussões do GTI-PLANSAB. O Secretário Osvaldo Garcia ressaltou que o
680 PLANSAB é a principal prioridade da SNSA. Por uma questão de ordem o Sr.
681 Alexandre sugere que os questionamentos sobre os informes da consulta
682 pública do PLANSAB sejam realizados através de inscrições e após a
683 conclusão da apresentação do Diretor Ernani. Todos os presentes
684 concordaram. Encerra-se a apresentação e se iniciam os questionamentos. A
685 Sr^a. Amélia questiona qual foi o critério adotado para a classificar as
686 contribuições como acatada e não acatada. O Sr Ernani explica que foram
687 estabelecidas seis categorias de classificação para as emendas. A Sra. Amélia
688 questionou também quanto ao temporalidade do plano e o cenário em que ele
689 foi criado, concluindo que, claramente, não é compatível com o momento atual.
690 O Sr. Ernani respondeu que o Plano sofrerá uma atualização após a
691 consolidação das emendas. O Sr. Marcos Landa questionou se os conselheiros
692 terão acesso ao conteúdo das emendas e pede um esclarecimento quanto às
693 estimativas e, pergunta qual é a função do conselho: apreciar ou aprovar? O
694 Sr. Ernani esclarece que o conteúdo das emendas está exposto no sítio
695 eletrônico do Ministério, e que os quatro conselhos deverão apreciar a proposta
696 do PLANSAB, conforme consta na Lei 71 11.445/07 e Decreto 7.217/10. O Sr.
697 Alcir Matos expõe que é complexo para o conselho, pois envolvem critérios
698 técnicos, que contemplam as perspectivas políticas, e finaliza que o tempo
699 proposto para debate e apreciação é curto. O Sr. Antonio Gerardi esclarece
700 que “temos cinco meses para debatermos e consolidamos o plano não daria
701 tempo para contribuições”. A Sra. Amélia concorda com o Sr. Matos e conclui
702 que o cronograma proposto ficou muito apertado. O Sr. Clovis também
703 questiona os prazos e sugere uma revisão no cronograma. O Sr. Ernani expõe
704 que pode verificar a possibilidade de alteração no cronograma desde que não
705 comprometa todo o trabalho. O Sr. Miguel questiona que após as apreciação e
706 consolidação da proposta do PLANSAB não deveria se transformar em Lei
707 para ser apreciado e aprovado. O Sr. Alexandre esclarece que a forma de
708 aprovação final prevista é um decreto, e que somente é necessário aprovação
709 da Presidência da República. Encerram-se os questionamentos e segue a
710 discussão dos itens da pauta: **Item nº 02 – Informes - b) Participação da**
711 SNSA no 6º Fórum Urbano Mundial - Apresentação feita pelo Especialista em
712 Infraestrutura - Alexandre Godeiro. Expôs que a Secretaria foi representada
713 pelo Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Osvaldo Garcia, por ele e
714 pela ex-Diretora de Articulação Institucional – Viviana Simon. Também
715 estiveram participando do Fórum o Prof. Léo Heller , a Conselheira Bártiria
716 Perpetua (CONAM - ConCidades), e Adelaide Pereira (Hydroaid/Itália). O Sr.
717 Alexandre comunicou aos presentes que ao participação da Sr^a. Bártiria não foi
718 custeada pelo Ministério. O Sr. Alexandre expôs a participação por data: dia
719 03/09/12 - Abertura da Sexta Sessão do Fórum Urbano Mundial, Mesa
720 Redonda dos Ministros e Evento em Rede (NE-29): "Cidades Sustentáveis:
721 Lições de economias emergentes", com organização da
722 UNHABITAT/MCidades e a coordenação da Diretora da SNH/MCidades, e
723 contou com a presença do prof. Léo Heller (UFMG) apresentando *paper*
724 tratando da questão do saneamento; dia 04/09/12 - Diálogo 1 – “O modelo das
725 cidades: instituições de planejamento urbano e regulação para uma melhor

726qualidade de vida”.Evento Paralelo (SE-10): “A elaboração do Plano Nacional
727de Saneamento Básico como instrumento de planejamento do Brasil”.Sessão
728Especial: “Cooperação Sul-Sul” e Evento em Rede - NE-76: “Construindo o
729saneamento para as cidades do futuro de forma equitativas e conduzida pelas
730líderes comunitárias de toda a rede SDI”; dia 05/09/12 - Diálogo 4 – “Mobilidade
731Urbana, Meio Ambiente e Energia”, e visita as exposições. Após a
732apresentação o Sr. Carlos Rosito destaca a importância da participação em
733eventos internacionais e que proporciona ampliação de conhecimentos. O Sr.
734Marcos Landa expõe a importância de o ministério viabilizar a participação de
735alguns membros do conselho nos eventos internacionais. O Sr. Matos
736perguntou sobre a participação do Ministério das Cidades na missão de
737Avaliação da ONU no Brasil sobre direitos humanos ao saneamento. O Sr.
738Ernani informou que a participação dos conselheiros nos eventos internacionais
739é assunto da alçada da Secretaria-Executiva do Concidades e quanto à missão
740da ONU, relatou ser ainda é muito preliminar, previsto para julho de 2013, e
741que não tem nada de concreto sobre a participação no evento. O Secretario
742solicita ao Sr. Ernani que assim que tiver informações sobre a participação do
743Ministério que informe aos conselheiros. **Item nº 02 – Informes - c)** Planos
744Municipais de Saneamento Básico - a apresentação foi realizada pelo Analista
745de Infraestrutura - Marcelo de Paula Lelis que expôs a proposta de
746Capacitação dos Conselheiros do Comitê Técnico de Saneamento, e sugeriu a
747nome do professor Ricardo Bernardes da UnB para ministrar a oficina.
748Apresentou a proposta de programação e de período que deverá ocorrer a
749capacitação, em função da disponibilidade do Professor, sendo previsto para
750fevereiro de 2013, em Brasília/DF. A seguir, apresentou também os dados da
751pesquisa do IBGE recém divulgada, MUNIC, sobre o tema Planos Municipais
752de Saneamento Básico que foram elaborados até 2011. A apresentação
753aconteceu conforme solicitado nas reuniões anteriores, com os dados divididos
754por região. Após a apresentação se passou aos questionamentos. O Sr. Landa
755perguntou se a capacitação não poderia se estender a outros membros do
756conselho, e pede a inclusão de temas que tratem da mobilização e participação
757e do controle social para que os integrantes dos movimentos possam fiscalizar
758a elaboração e execução dos planos em seus estados de forma eficiente. O Sr.
759Rosito sugeriu a inclusão dos seguintes itens na programação: discussão da
760temática do controle social, a articulação com o Sistema de Desenvolvimento
761Urbano, os instrumentos de exigibilidade, e uma experiência estadual no apoio
762a elaboração dos Planos de Saneamento, podendo ser dos estados do Ceará,
763de São Paulo ou de Santa Catarina. O Sr. Silvio colocou a estrutura da
764ASSEME a disposição para auxiliar nas oficinas, e convidou a todos a
765participarem e divulgarem os cursos gratuitos, cujo foco é a elaboração dos
766planos municipais de saneamento, que esta sendo oferecido pela ASSEMAE
767em parceria com a FUNASA. Disponibilizou folder com a programação para
768quem tivesse interesse. O Sr. Gerardi sugere a inclusão na programação de
769apresentação do conselheiro Matos sobre a participação dos movimentos
770populares na sociedade. O Sr. Clovis sugere uma parceria com as
771universidades para auxiliar na confecção dos planos municipais e estaduais, e
772entende ter maior eficiência. Sugere ainda que o governo federal possa criar
773ferramentas que possibilitem a formação de conselho das cidades no âmbito
774estadual e municipal, para maior participação da população civil, tendo como
775conseqüência um controle social mais atuante. O Sr. Matos questiona a

776 metodologia que será aplicada no desenvolvimento das atividades da oficina.
777 Afirma que suas preocupações são: entende ser muito conteúdo para apenas
778 três dias e um acadêmico apresentando e conduzindo todos os temas. Enfatiza
779 que o conteúdo da oficina deveria estar ligado ao tema do sistema de
780 desenvolvimento urbano. O Sr. Marcelo esclarece que é apenas uma proposta
781 e diz ser possível fazer alterações na programação. Afirma que a metodologia
782 ainda não foi definida e que a principal preocupação é que a oficina seja
783 dinâmica, participativa, eficaz, e atenda aos anseios do público alvo. A Sra.
784 Tatiana propõe que a metodologia realmente seja de uma oficina de forma
785 dinâmica, para que não sendo cansativa, e sugere que aconteça no período de
786 janeiro ou fevereiro de 2013. O Sr. Miguel sugere também que o conteúdo da
787 oficina aborde orientações para os municípios que já iniciaram o plano
788 municipal de saneamento, auxiliando na consulta pública assim por diante; e
789 destaca também ser importante a elaboração de mecanismos para criação de
790 conselhos municipais e estaduais. O Sr. Fernando questiona quantas vagas
791 serão disponibilizadas para a participação nas oficinas? O Sr. Marcelo
792 responde que serão entre 45 e 50 participantes. O Sr. Fernando sugere que
793 seja feito também seminários regionais para a sensibilização dos novos
794 prefeitos na tentativa de criar uma nova cultura de conscientização sobre a
795 participação dos movimentos populares, e que entende que isto propiciará um
796 aumento do controle social do setor. O Sr. Marcelo expõe que se prevê a
797 realização de seminários regionais para a sensibilização com apoio da CAIXA
798 durante o ano de 2013. O Sr. Ernani ressalta que público alvo da capacitação
799 em forma de oficina são os conselheiros, principalmente, aqueles que integram
800 o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental. O Sr. Roberto e Sr. Eduardo
801 parabenizam o Ministério e a SNSA pela iniciativa e sugerem que, ao final da
802 oficina, seja confeccionado vídeo ou cartilhas para que se possa promover a
803 multiplicação do conteúdo da oficina para os estados e municípios,
804 proporcionando uma ampliação da capacitação nos estados e municípios. A
805 Sra. Solange ressalta a importância de inserir instrumentos de exigibilidade
806 para que seja socializado, e afirma que a metodologia deve ser dinâmica; a
807 questão de que realmente aconteça de forma integrada, e que os conselheiros
808 sejam agentes multiplicadores. O Sr. Ernani alerta quanto o tempo da reunião e
809 que a pauta está muito atrasada; e se compromete juntamente com o
810 Secretário Osvaldo a analisar as propostas, e tentar atender o que for possível.
811 A Sra. Tatiana ressalta que é necessário a estimativa de uma data. Os
812 conselheiros presentes aprovam o nome do professor Ricardo Bernardes para
813 ministrar a oficina e expõem a necessidade de outro professor para auxiliá-lo.
814 Resta pactuado que a oficina deverá ocorrer no final de fevereiro de 2013. Fica
815 acordado com os conselheiros que as futuras contribuições deverão ser feitas
816 por e-mail até a primeira semana de janeiro 2013. **Item nº 03 – Apresentação**
817 do Plano de Segurança da Água – (Ministério da Saúde): a Sra. Adriana Cabral
818 inicia a apresentação expondo o conteúdo do Plano de Segurança da Água e
819 que é uma ferramenta para assegurar a qualidade da água para todos. Expõe
820 as etapas metodológicas para a sua elaboração, a sua importância, e o
821 impacto de sua elaboração na saúde da população, dentre outros pormenores.
822 Após a apresentação se iniciaram os questionamentos. O Sr. Eduardo
823 pergunta quais são os mecanismos que a população tem para exigir a
824 qualidade da água e quais os mecanismos de controle. A Sra. Maria Lúcia
825 questiona se a elaboração do plano de segurança da água vai intervir nas

826 questões específicas como, por exemplo, a poluição das indústrias nas favelas
827 em poços artesianos, e o controle da qualidade da água distribuída pela Cia. de
828 Saneamento de Pernambuco - COMPESA. O Sr. Matos questiona a
829 representante do Ministério da Saúde, como se está pensando a participação
830 do conselho das cidades neste processo, qual a proposta? A Sra. Adriana
831 responde que o Plano é uma ferramenta metodológica de avaliação e
832 gerenciamento de riscos à saúde, associados aos sistemas de abastecimento
833 de água, desde a captação até o consumidor. Trata-se de instrumento de boas
834 práticas com abordagem preventiva, para garantir a segurança da água para
835 consumo humano. E que o objetivo do Plano é minimizar fontes de
836 contaminação pontual e difusa no manancial, eliminar contaminação durante o
837 processo de tratamento e prevenir a contaminação da água durante o
838 armazenamento e no sistema de distribuição. Afirma que seu conteúdo está
839 baseado na Portaria MS nº 2.914 -12/12/2011, e na Portaria Funasa nº 177 –
840 21/03/2011. E entende que deve ser usado como uma ferramenta dentro do
841 Plano de Saneamento. O Sr. Ernani agradece a participação da Sra. Adriana.
842 **Item nº 04 –** Balanço do PAC/Saneamento - Apresentação foi feita pelo Chefe
843 de Gabinete da SNSA – Sr. Gustavo Frayha, que expôs a atual situação do
844 PAC–Saneamento, em especial, dos empreendimentos da SNSA. Finalizada a
845 apresentação, o Sr. Clovis questiona a gestão dos investimentos nas
846 empresas? O Secretário Osvaldo expõe que existem critérios a serem seguidos
847 e que há penalidades para o não cumprimento. O Sr. Clovis questiona ainda
848 que a mídia expõe que o Governo Federal está com a execução baixa das
849 obras, então porquê o Governo federal não se manifesta? O Secretário explica
850 que o Governo tenta expor de forma clara e objetiva o andamento dos
851 empreendimentos, porém que existem dificuldades, entretanto, a mídia não se
852 debruça sobre as explicações. Por exemplo, não há divulgação da quantidade
853 de dinheiro que fica retido nos cofres do governo, por causa da ausência de
854 apresentação de projetos, ou mesmo, projetos deficientes e incompletos, e que
855 assim não foram aprovados, gerando um atraso na execução do financiamento
856 e início das obras. Afirma que é uma coisa que o inquieta muito e, entende que
857 por essa razão é necessário investir em capacitações de elaboração de planos.
858 Afirma que o setor passou tanto tempo brigando por mais recursos e, agora
859 que há disponibilidade de recursos, não pode ser usado, por não existirem
860 projetos ou bons projetos, finaliza afirmando ser uma grande contradição. Os
861 conselheiros sugerem que sempre que possível sejam apresentados os dados
862 do balanço dos empreendimentos do PAC na reunião do comitê para que eles
863 tenham informações de fonte segura da realidade do PAC - Saneamento em
864 suas regiões, e que possam cobrar a correta aplicação das verbas em seus
865 municípios. A Sra. Solange questiona como conseguir informações
866 individualizadas sobre os investimentos do seu município para que se possa
867 cobrar a execução das obras. O Secretário responde que nas reuniões é
868 impossível passar essas informações individualizadas devido à quantidade de
869 informação e sugere que todos solicitem essas informações no portal da
870 transparência ou através do sistema de informação, e afirma que os
871 questionamentos serão respondidos a partir dos dados solicitados. O Sr. Landa
872 expõe sua indignação de como o Ministério pode colocar em prática as
873 políticas públicas se não tem recursos humanos, e afirma categoricamente que
874 são poucos funcionários para a imensidão do trabalho a ser feito. O Secretário
875 concorda com a afirmação e explica que a falta de recursos humanos é uma

876deficiência de todos os Ministérios, e que ele tenta conseguir mais servidores,
877expondo sobre a importância e dimensão do desafio de sua pasta e a
878quantidade de servidores necessários para desenvolvê-lo. Finaliza, dizendo
879que o importante é lutar sempre, embora não se consiga fazer todo o trabalho
880que se deseja. Por fim, o Secretário encerra a reunião às 18h15min e agradece
881a participação de todos.

882**Encaminhamentos**

8831- Verificar a possibilidade de adequar o cronograma do PLANSAB para que
884haja mais tempo para apreciação e discussão no GTI-PLANSAB.

8852- Encaminhar expediente a Secretaria Executiva do ConCidades solicitando a
886participação do Ministério da Saúde como membro permanente do Comitê
887Técnico de Saneamento Ambiental.

8883- Incluir na programação da Capacitação dos Conselheiros a temática do
889controle social, a articulação com o Sistema de Desenvolvimento Urbano, os
890instrumentos de exigibilidade, e uma experiência estadual na elaboração de
891Planos de Saneamento (Ceará, São Paulo ou Santa Catarina). Adotar
892metodologia participativa e interativa. Verificar a possibilidade de desenvolver
893um instrumento como um vídeo ou uma cartilha durante a oficina.

8944- Incluir a sociedade civil no público alvo dos seminários regionais para
895orientar e sensibilizar para a elaboração dos planos municipais de saneamento
896básico que irão ocorrer em 2013. Contar com os conselheiros para divulgação
897e atuação nos seminários.

8985- Verificar a possibilidade de realizar em todas as reuniões uma atualização
899dos dados do PAC – Saneamento.

9006- O ConCidades deverá adotar estratégias de atuação junto ao governo para
901que seja reforçado o corpo técnico da SNSA necessária para o
902desenvolvimento dos trabalhos, em especial ao apoio de municípios na
903elaboração de planos de saneamento, e no acompanhamento dos
904235 empreendimentos do PAC.

9057- Incluir os itens: Exposição sobre a regulação e a prestação de serviços de
906Manaus, Atualização dos programas e ações do Ministério das Cidades,
907Planejamento e estrutura do Comitê Técnico de Saneamento, que não foram
908discutidos, na pauta da próxima reunião do Comitê. - Parte integrante desta
909ata: lista de presença.

910

911

ANEXO 4

912

CONSELHO DAS CIDADES

913 **COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SOLO URBANO**

914

RELATÓRIO DA 34ª REUNIÃO

915

916 PAUTA:

917 1. Avaliação dos Grupos de Trabalho Moradia Social e Conflitos Fundiários

918 2. Debate sobre os resultados dos Seminários Estaduais de Regularização

919 Fundiária e perspectivas do Programa Papel Passado para 2013

920 Material distribuído:

921 - Informe do 1º Workshop sobre política metropolitana

922 - Histórico do tema acessibilidade no Comitê de Mobilidade

923 - Ata da última reunião do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo
924 Urbano

925 **1. AVALIAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO**

926 O andamento das atividades do GT moradia social foi avaliado
927 conjuntamente com o Comitê de Habitação, pois a resolução administrativa nº
928 20, de criação do GT, determina que sua composição deve contar com
929 representantes das SNH e da SNAPU.

930 Este GT se encontra com Plano de Trabalho aprovado. Deliberou-se que será
931 realizado na próxima reunião do GT (a ser marcada em janeiro/ 2013), um
932 “nivelamento” dos participantes relativo ao histórico desde 2008 das
933 discussões do tema da “Moradia Social” no MCidades.

934 **2. SEMINÁRIOS ESTADUAIS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

935 A servidora Ana Paula Bruno, Gerente de Regularização Fundiária, expôs um
936 balanço sobre o resultado dos três Seminários Estaduais realizados nos
937 estados da Paraíba, Paraná e Bahia, a fim de se fortalecer as políticas
938 estaduais e municipais de regularização nestes estados, e realizar um
939 diagnóstico sobre o andamento das mesmas.

940 O Seminários abordaram temas como licenciamento urbanístico e ambiental,
941 tributação, e registro imobiliário. Também foram discutidas as modalidades de
942 licenciamento e foram trabalhados processos de regularização em curso no
943 contexto da urbanização de assentamentos precários/ PAC.

944 Algumas lições informadas comuns aos seminários:

945 - persistem dificuldades de articulação com os órgãos ambientais;

946 - necessidade de se disciplinar as atividades de registro por meio da
947 mobilização de instituições regionais;

948 - necessidade de capacitação técnica de servidores, em especial no estado
949 da Paraíba;

950 O estado onde houve maior mobilização dos municípios para a participação
951 do Seminário foi o do Paraná.

952 Na Bahia, o maior problema detectado foi o de que informação fundiária do
953 estado é praticamente inacessível, pois o serviço de cartórios era estatal até
954 pouco tempo, e com isso o estado se mostra relativamente atrasado frente a
955 outros, no que se relaciona ao acesso às informações cartoriais.

956 Ana Paula Bruno (SNAPU) avaliou que foi a metodologia adotada nos
957 Seminários foi adequada ao contexto e necessidades dos participantes, onde
958 o formato das mesas possibilitou que as discussões gerassem
959 encaminhamentos na forma de medidas concretas a serem adotadas para a
960 solução dos aspectos/ assuntos mais frágeis na implementação das políticas
961 e processos de regularização.

962 Foi informado que para o ano de 2013 estão previstos R\$ 30 milhões na Ação
963 orçamentária 8866 (regularização fundiária em áreas urbanas - *Programa*
964 *Papel Passado*). .

965 Diversos conselheiros se manifestaram quanto à necessidade de que os
966 seminários alcancem o maior número de estados, uma vez tratar-se de
967 interesse comum da SNAPU e dos estados.

968 Outro aspecto abordado pelos Conselheiros diz respeito ao desafio da
969 regularização plena, garantia da posse da terra, e a necessidade de se
970 produzir um diagnóstico da irregularidade fundiária no Brasil acompanhado
971 de amplo mapeamento.

972 Ana Paula manifesta que os seminários são o melhor caminho para a
973 construção do diagnóstico sobre a situação de regularização nos estados, e
974 que a pesquisa-diagnóstico seria um passo posterior. Lembra que o
975 Programa Papel Passado tem o foco na regularização jurídica, onde estão os
976 maiores entraves e para os quais os debates tem sido mais frequentes.

977 Vitória sugeriu realizar o seminário nacional em 2013 após seminários
978 estaduais/ regionais. Ana Paula esclareceu que a diretriz da SNAPU é
979 realizá-lo no primeiro trimestre de 2013 pois pretende-se lançar publicações e
980 abrir processo de seleção de estados, prefeituras e entidades sem fins
981 lucrativos na linha de retomar os apoios.

982 **3. OUTROS ASSUNTOS:**

983 - Questionou-se ausência da discussão sobre o Piloto de Regularização na
984 pauta de reuniões do Comitê PUR, assim como a definição dos recursos
985 destinados a este Piloto. Foi proposto e aprovado instituir grupo de discussão
986 em meio virtual para iniciar o debate sobre o projeto piloto, composto pelos
987 conselheiros: Marcelo, Mércia, Luiz, Yure, Orlando, Guilherme e Ênio. Para
988 subsidiar o trabalho deste grupo virtual deverá ser enviado o Manual de
989 Apresentação de Propostas referente à Ação 8866 (regularização fundiária
990 em áreas urbanas- *Programa Papel Passado*).

991 - Orlando asseverou críticas ao não cumprimento de assuntos da pauta
992 deliberada na reunião passada.

993 - Ênio propõe discutir a agenda do GT Conflitos e a campanha da função
994 social da propriedade.

995 - Desencadeou-se debate em torno de questões ligados à dinâmica em áreas
996 regularizadas ou beneficiadas com provisão habitacional. Lurdinha propõe
997 discutir ações estratégicas para o programa com ênfase para situações onde
998 há insegurança na posse. Fernando propõe discutir problemas fundiários que
999 condicionam empreendimentos habitacionais inclusive a localização
1000 geralmente distante de áreas providas de infraestrutura. Marcelo manifesta
1001 dúvida (certo ceticismo) com o formato dos processos de regularização que
1002 favorecem um mercado que promove nova informalidade. Mércia avalia ser
1003 necessário conhecer gargalos a respeito do que foi realizado em decorrência
1004 dos apoios promovidos pelo poder público.

1005 Ao ser entregue o material dos informes, de acessibilidade e gestão
1006 metropolitana, foi questionada a ausência de uma apresentação sobre o
1007 conteúdo dos mesmos. confuso, Letícia esclarecer !!!

1008 **ENCAMINHAMENTOS**

1009 1. Realizar no final de fevereiro reunião extraordinária do Comitê para tratar
1010 de:

1011 - Informe sobre **ações e atividades de capacitação**, tais como cursos e
1012 seminários e 8º Seminário sobre Assistência Técnica (pelo Conselheiro
1013 Guilherme Carpintero).

1014 - **Orçamento da SNAPU e ações previstas para 2013** (para subsidiar a
1015 reunião deverão ser enviados aos conselheiros os manuais das ações
1016 orçamentárias executadas pela SNAPU com a previsão da LOA 2013)

1017 - Acessibilidade: informe e discussão sobre a implementação das **ações pela**
1018 **SNAPU no contexto do PAC-Acessibilidade**, e nivelamento dos
1019 conselheiros sobre o tratamento do tema pela SEMOB, a partir do
1020 levantamento do material recebido pelo Comitê de Mobilidade.

1021 - Relato e debate sobre a agenda do **GT conflito** e divulgação da **Campanha**
1022 **da Função Social da Propriedade** criada no âmbito deste GT .

1023 2. Assuntos da pauta da próxima reunião ordinária:

1024 2.a - **Proposta metodológica para desenvolvimento do** Projeto Piloto pelo
1025 grupo virtual.

1026 2.b - Apresentação de esboço e diretrizes da política de gestão territorial
1027 metropolitana que está sendo elaborada pela SNAPU e sua interseção com o
1028 SNDU.

1029

1030

ANEXO 5

1031

Comitê Técnico de Habitação

1032

Reunião 05/12/2012

1033

1034**Abertura: A reunião do CTH foi aberta às 14:30 hs pela Secretária**
1035**Nacional da Habitação Inês Magalhães, que apresentou a pauta e iniciou a**
1036**reunião.**

1037

1038 **1. Avaliação dos GTs: Moradia Social – SNH/ SNAPU, Assistência**
1039 **Técnica.**

1040 **(Conselheiros - Acompanhamento: Amanda, Elzira, Letícia e Edson)**

1041 As assessoras Elzira (área social da SNH) e Letícia (SNAPU) apresenta a
1042 proposição do GT Moradia Social, com uma característica intersetorial
1043 (tanto no nível interno do MCidades, abarcando a SNH e a SNAPU, como
1044 no nível interministerial, devendo a ação ser coordenada provavelmente
1045 pelo MDS. A partir do Plano de Trabalho proposto na 1ª. reunião (realizada
1046 em junho/2012) foi proposta a retomada, com a definição dos membros e
1047 uma reunião marcada para janeiro de 2013 para desenvolver a revisão e
1048 detalhamento do Plano de Trabalho bem como a definir um cronograma,
1049 convidando para tal, representantes do MDS ligados ao problema.

1050 Sobre o GT Assistência Técnica, ficou esclarecido que em reunião anterior,
1051 a Resolução encaminhada pelo CTH não foi a Resolução votada e
1052 aprovada no Plenário, quando foi reativada uma antiga proposta de GT de

1053 Assistência Técnica. No entanto, foi explicado o novo escopo (ligado ao
1054 atendimento da lei Zezéu). Ficou também estabelecido que Assistência
1055 Técnica também ficará ligada ao CTH.

1056 Encaminhamentos:

1057 Neste sentido, ficou acertado de aprovar tal encaminhamento, nomear
1058 entre seus membros alguns que também pertençam ao GT de Moradia
1059 Social, para redução de custos e iniciar, também em janeiro de 2013
1060 reunião para a redefinição de plano de trabalho, detalhamento do
1061 cronograma e início dos trabalhos

1062

1063 **2. Avaliação da proposição do GT de Autogestão.**

1064 Sobre esta proposição, a secretária Inês Magalhães esclareceu que tal
1065 necessidade advinha das condições específicas de trabalho de algumas
1066 entidades que trabalham com populações rurais, onde a capacidade de
1067 atendimento de exigências burocráticas, do sistema SICONV e outros, era
1068 pequena e que seus processos e exigências deveriam ser simplificados
1069 para viabilizar as ações.

1070 Encaminhamentos:

1071 **Verificar o marco legal das ONGs, que está sendo conduzido pela**
1072 **Secretaria Geral da Presidência, para ver se podemos aproveitar dos**
1073 **mesmos.**

1074

1075 **3. Informes:**

1076 **a. Evolução nos trabalhos de cooperação técnica e monitoramento** 1077 **dos programas habitacionais,**

1078 O servidor Edson apresentou o Sistema de Monitoramento e Avaliação,
1079 dentro dos quais, os andamentos da Cooperação técnica SNH/CNPq,
1080 mostrando que houve 161 propostas apresentadas, dentro das temáticas
1081 sugeridas, das quais foram selecionadas 38 propostas de pesquisas de
1082 avaliação e monitoramento da efetividade dos programas e projetos
1083 habitacionais dentro da política habitacional do governo federal.

1084 O conselheiro Carrion, considerou a importância do convênio, mas
1085 ressaltou que certos aspectos, como a pesquisa sobre vazios urbanos e a
1086 pesquisa sobre a elevação dos valores fundiários urbanos, importantes mas
1087 não estão sugeridos entre as propostas.

1088 Encaminhamentos: Preparar reunião em Janeiro para os 3 GTs: Moradia
1089 Social, Assistência Técnica e Autogestão

1090

1091 **c. Balanço dos investimentos e execução da produção habitacional** 1092 **e da urbanização de assentamentos precários.**

1093 **(Marta Garske/ DHAB)** faz um esclarecimento sobre a evolução da
1094 produção habitacional, em suas varias modalidades dentro do programa
1095 MCMV, comparando inclusive a evolução nos últimos anos.

1096 **(Marcos Chagas – GGEST)** faz um esclarecimento sobre os
1097 investimentos e o estágio de sua aplicação, nas várias modalidades, nas
1098 várias fontes e fundos, e nas diferentes classificações orçamentárias.

1099 **d. Evolução da regularidade dos municípios junto ao Sistema**
1100 **Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.**

1101 O servidor Edson apresenta a evolução da regularidade dos municípios
1102 brasileiros junto ao SNHIS, alertando sobre a fraca evolução da finalização
1103 dos Planos Habitacionais de Habitação de Interesse Social, que é um dos
1104 elementos onde os municípios estão mais atrasados para atender à
1105 regularidade no Sistema.

1106

1107 **e. Esclarecimentos sobre aumento dos recursos do FDS para o**
1108 **Minha Casa, Minha Vida Entidades.**

1109 O gerente César Ramos apresenta as informações sobre os novos
1110 valores e as facilidades recentemente oferecidas ao MCMV Entidades.
1111 Ao final, foi lembrado que, havia sido combinado de que as apresentações
1112 (todas) deveriam ser encaminhadas com antecedência e, no CTH e Plenário,
1113 cópias dos documentos deveriam ser distribuídas aos presentes, para permitir
1114 melhor instrução e participação dos membros.

1115

1116 **f. Encaminhamento dos representantes para o Conselho**

1117

1118 O Sr. Nelson Teixeira apresenta a solicitação para que o Concidades
1119 indique os representantes dos segmentos para compor o Conselho Gestor do
1120 FNHIS, nos termos da legislação vigente.

1121 Algumas dúvidas foram colocadas: como alterar a sua composição? Os
1122 representantes do CGFNHIS tem que ser oriundo do Concidades? É possível a
1123 entrada de representantes dos governos estaduais e municipais?

1124 O Sr. Nelson Teixeira, mostra que o conselho é deliberativo para
1125 liberação de recursos federais, por essa razão, os representantes
1126 governamentais são apenas do governo federal. Alterações são possíveis, mas
1127 apenas com a alteração do Decreto.

1128 Encaminhamentos: Ficou definido que, na reunião dos segmentos seriam
1129 definidos os nomes para o CGFNHIS. Ficou definido que seria apresentada
1130 uma nova Resolução para atualizar em relação às resoluções mais recentes e
1131 incorporar os novos nomes.

1132

1133 **g) Questionamentos sobre o andamento da Portaria dos**

1134 **Reassentamentos Involuntários**

1135

1136 Alguns conselheiros colocaram sobre o retardo da definição da Portaria de
1137 Reassentamentos Involuntários.

1138 A Secretária Inês Magalhães falou sobre alguns entraves no setor jurídico, mas
1139 sugeriu que esse debate pode ser levado ao Plenário do Conselho > A
1140 pressão também pode ser um bom amigo, ressalta a Secretária.

1141 Encaminhamento: Levar a discussão ao plenário e ver alguma decisão sobre o
1142 problema.

1143 Finalizando, alguns conselheiros da região Norte, colocaram sobre a não
1144 consideração dos aspectos regionais, tais como as tecnologias habitacionais
1145 utilizadas tradicionalmente na região Amazônica que, embora mais corretas do
1146 ponto de vista ambiental e bioclimático, não têm sido aceitas pela Caixa
1147 Econômica Federal.

1148

1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162